

Nacionalidade, criouliização e literatura em Cabo Verde

WESLEY SOUSA SAMPAIO

MÔNICA DIAS MARTINS

RESUMO: O artigo reflete sobre a nacionalidade e o colonialismo, partindo da categoria de “criouliização” presente na literatura cabo-verdiana. Analisa sua origem e contribuição para a formação de um “mito de origem”. Observa a nacionalização na África e sua relação com a dominação portuguesa e as políticas pós-coloniais. Por fim, apresenta contribuições de diversos autores sobre nação, colonialismo e imaginação nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Criouliização. Comunidade imaginada. Colonialismo. Pensamento anti-colonial. Cabo Verde.



Nationality, creolization, and literature in Cape Vert

ABSTRACT: The paper reflects on nationality and colonialism, starting from the category of “creolization” present in Cape Verdean literature. It analyzes its origin and contribution to the formation of a “myth of origin”. It observes nationalization in Africa and its relation to Portuguese domination and post-colonial policies. Finally, it presents contributions from several authors on nation, colonialism and national imagination.

KEYWORDS: Creolization. Imagined community. Colonialism. Anti-colonial thought. Cape Verde.

WESLEY SOUSA SAMPAIO

Graduado em Ciências Sociais pela
Universidade Estadual do Ceará (UECE).
E-mail: wesley.sampaio@aluno.uece.br.

MÔNICA DIAS MARTINS

Professora do curso de graduação em Ciências
Sociais e do Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Estadual do Ceará
(UECE). E-mail: monica.martins@uece.br.

RECEBIDO:29/11/2021

APROVADO:22/02/2022

1 Introdução

*Coitado quem dixâ sê terra.
Sêl dixâ nél sé coração:
Êl embarcâ pa terra longe
Sim sabê si al birâ, ó nam! (...).
CARDOSO, Pedro Monteiro!
Folclore caboverdeano, 1933.*

A República de Cabo Verde é um país insular presente na costa ocidental da África, composto por dez ilhas (São Vicente, Santo Antão, São Nicolau, Santa Luzia, Boa Vista, Sal, Santiago, Fogo, Maio e Brava). Diferente do que se vivenciou na colônia portuguesa nas Américas, onde o colonizador teve que interagir com uma população nativa, em Cabo Verde todo o contingente populacional derivou da ocupação, iniciada pela ilha de Santiago sendo transformada em um entreposto transatlântico de escravos. Segundo o professor Ricardino Teixeira (2017), a vila de Ribeira Grande de Santiago é considerada o berço do povoamento de Cabo Verde.

As Ilhas apresentam traços de regionalismo baseados na geografia e na sua utilidade para a empresa colonial. A ocupação tem como marco histórico o ano de 1460 com a chegada dos portugueses às ilhas que até aquele momento eram desabitadas. Seus donatários foram Antônio de Noli² e Diogo Afonso.³ Todavia, o povoamento se deu atrelado com o decreto de uma lei por D. Afonso V de Portugal em 12 de junho de 1466, que conferia aos moradores de Santiago e Fogo “o monopólio do comércio de escravos da costa africana” (TEIXEIRA, 2017, p. 109). Estes moradores negros e Tangomãos⁴ tinham o direito de comercializar

1 Pedro Monteiro Cardoso (1890 - 1942) foi um poeta e folclorista caboverdiano originário da Ilha do Fogo. O autor de *Caboverdianas* (1915) tem como principal característica de sua escrita o uso do dialeto crioulo do Fogo.

2 Antônio de Noli ou Antônio de Nole (1419 - 1497) foi um navegador genovês responsável pela exploração da costa ocidental africana.

3 Diogo Afonso foi um navegador português do século XV. É creditada a ele a “descoberta” das ilhas Brava, São Nicolau, São Vicente, Santo Antão e os ilhéus Branco e Raso em Cabo Verde.

4 Tangomãos ou tangomas eram negociantes brancos ou mestiços de ascendência portuguesa que realizavam suas atividades na costa ocidental africana, serviam de intermédio entre África e Europa, principalmente no que tangia o comércio de escravos. Essa relação congênita dos tangomãos com

livremente nos “Rios da Guiné de Cabo Verde” ou apenas “Rios de Cabo Verde”, território compreendido entre o rio Senegal e a Serra Leoa.

A miscigenação remonta a este período e compõe a identidade cabo-verdiana. A dualidade do preto/branco, Europa/África, civilizado/selvagem, é um fator predominante na subjetivação de uma população que se encontra, literalmente, ilhada entre dois mundos distintos e constantemente tensionados. Os aspectos particulares da colonização resultaram em uma autoafirmação crioula, na medida em que:

Os cabo-verdianos afirmam ser o “resultado” de um caso particular da colonização portuguesa e consideram-se uma nação crioula. O kaboverdianu é a língua materna de todos e é falada concomitantemente com o português, o que culminou numa situação de diglossia. Também os símbolos nacionais de Cabo Verde refletem as particularidades culturais do país (SEIBERT, 2014, p. 42).

Cabo Verde tem seu mito de origem gerado em meio ao caos dessa tensão e se manifesta, desde então, através das divergências de paradigmas de modernidade e tradicionalidade que, todavia, se revelam como complementares. Sua literatura se alimenta da métrica vernacular portuguesa e da riqueza de traços de oralidade do “kaboverdianu”, características de uma sociedade estruturada em um contexto de dominação, gerando uma hierarquia social pautada na estratificação racial acima dos conflitos de classe.

A política de exploração promovida por Portugal gerou impactos sociais, políticos, econômicos e culturais que motivaram focos de resistência. Os cabo-verdianos que buscavam por melhores condições de vida, em uma Cabo Verde que já era “província de ultramar” desde 1952, em 1960 se veem integrando o projeto de unificação e libertação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado por Amílcar Cabral⁵ no

os lusitanos serve como evidência do processo de mestiçagem da formação social e cultural da população cabo-verdiana, tendo como fator da imaginação nacional a noção de “lusotropicalismo ibérico” freyreano (cf. TEIXEIRA, 2017).

5 Amílcar Lopes Cabral (1924 - 1973) foi um político, engenheiro agrônomo, engenheiro e escritor teórico marxista de Cabo Verde e Guiné Bissau, fundador do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

ano anterior. Nessa época, o clamor pela autodeterminação dos povos colonizados ecoava não só no interior do partido, como nas sociedades de Cabo Verde e Guiné Bissau, e em meio aos movimentos nacionalistas e de libertação em países africanos (TEIXEIRA, 2017).

Os frutos da luta foram progressivamente colhidos. Às vésperas do que seria a independência unilateral e autoproclamada de Cabo Verde e Guiné Bissau, a 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado. Todavia, seu legado já havia fincado raízes na consciência e memória coletivas, e mesmo com os planos frustrados a busca por autonomia continuou até Guiné declarar sua independência em 24 de setembro de 1973. Com as mudanças promovidas pela Revolução dos Cravos em abril de 1974⁶ Portugal finalmente reconheceu a independência de Guiné em 10 de setembro do mesmo ano, porém, separadamente de Cabo Verde.

Ainda em 19 de dezembro daquele ano, o PAIGC assinou um acordo com Portugal que instaurou um governo de transição na península cabo-verdiana. Este governo durou até a eleição da Assembleia Nacional Popular que proclamou em 5 de julho de 1975 a independência do país.

Uma segunda ruptura ocorreu em 1980 com a deposição do presidente guineense Luís Cabral, através do golpe de Estado efetuado pelo general João Bernardo Vieira.⁷ O “Movimento Reajustador” de Vieira defendia uma ideologia conservadora de preservação da tradição, contrária à “modernização” promovida

6 A revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal, também conhecida como revolução de abril ou revolução dos cravos, foi o movimento social e político que resultou no fim do regime do Estado Novo salazarista.

7 João Bernardo Vieira (1939 - 2009) foi um militar e político guineense. “Nino” Vieira se filiou ao PAIGC em 1960, participando da luta pela independência. Foi Chefe de Estado da Guiné Bissau três vezes, a primeira em 1980 quando depôs Luís Cabral e tomou o poder. A segunda vez assumiu como o primeiro presidente eleito democraticamente, em setembro de 1994. “Nino” foi deposto quatro anos depois, após uma Guerra civil na qual mediu forças com Ansumane Mané. Derrotado, foi expulso do PAIGC e forçado ao exílio em Portugal por seis anos. Retornou apenas em abril de 2005 e participou das eleições daquele mesmo ano, sendo conduzido ao executivo pela terceira vez. Sofreu dois atentados contra sua vida, um em novembro de 2008 em sua própria residência, do qual escapou ileso, porém, em 2009 foi assassinado a tiros por militares em sua casa ao tentar escapar.

por Cabral. Pretendia ainda desarticular a atuação de cabo-verdianos em numerosos cargos públicos de Guiné, devido à participação de Cabo Verde no PAIGC.

O golpe interrompeu a tentativa de unificação dos dois países e as elites cabo-verdianas descontentes fundaram o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV). “Em 1981, é aprovada a constituição que oficializou a República de Cabo Verde” (TEIXEIRA, 2017, p. 117), enquanto, no país vizinho, João Bernardo Vieira foi proclamado primeiro-ministro pelo PAIGC e indicado presidente em 1984.

Os eventos citados demonstram os conflitos de interesses presentes no processo de formação dos Estados nacionais. Porém, a mobilização política e social revela a busca por autodeterminação e valorização da cultura africana. Estes aspectos se mostram nítidos em uma identidade cabo-verdiana constituída em meio a confrontos gerados pela dominação colonial; apesar das sequelas próprias do colonialismo, a crioulidade traz nuances da superação da exploração e expressa a história de um povo “insular” de nascença.

Nosso empenho nos próximos tópicos é o de entender o fenômeno dos movimentos nacionais, a consolidação do pensamento anticolonial e os aspectos particulares da literatura como fruto das manifestações culturais da comunidade imaginada de Cabo Verde.

2 Nacionalismo em África

Benedict Anderson é um importante referencial para estudos sobre nação. Sua obra *Comunidades Imaginadas* inspira muitos pensadores contemporâneos e indica que o nacionalismo surge com uma primeira onda nas Américas, protagonizada pelos “pioneiros crioulos”, que lutavam pela independência das colônias. O nacionalismo europeu só se consolidou posteriormente passando por revoluções que resultaram em novos modelos de Estado e a criação de paradigmas oficiais. A “última onda”, formada pelos movimentos nacionalistas na África e na Ásia, constituiu uma resposta à nova conduta imperialista tomada durante a ascensão do capitalismo industrial. Esses movimentos de insurgência se

estruturaram por meio do contato das elites locais com os modelos nacionais europeus por meio de intercâmbios com as antigas metrópoles (ANDERSON, 2008).

Gabriel Fernandes (2006) se debruça sobre o pensamento de Anderson, aprofunda sua perspectiva e elabora críticas. Partindo do caso de Cabo Verde, defende em sua tese que o pensamento anticolonial possibilitou o desenvolvimento de condutas e políticas originárias do cotidiano das nações africanas e, portanto, o nacionalismo em África está para além do simples mimetismo de paradigmas ocidentais. Os movimentos de libertação nacional não se resumem na apropriação e uso de valores do colonizador contra ele mesmo, mas no desenvolvimento de estratégias e elementos de emancipação. A Crítica está em apreender o nacionalismo na África e na Ásia a partir dos sujeitos que formaram as nações presentes nos dois continentes. Sobre os pensadores do nacionalismo que compartilham da concepção de Anderson, Fernandes comenta:

Neste sentido, operamos uma relativa censura com as abordagens que, ancoradas no princípio de que a nação confere posições ao sujeito no Estado moderno [...], destacam unicamente o papel dos que a organizam, de forma sistemática e funcional no amplo campo das interações sociais, e se esquecem dos duplos e das vítimas nacionais que problematizam e reinventam. Na verdade, afigura-se-nos de capital importância uma reavaliação dos papéis tradicionalmente reservados à nação e aos indivíduos abrangidos pelo seu vigor proselitista. Disso poderia resultar, por um lado, uma relativização do poder nacional de induzir sentidos e modelar subjetividades e, por outro, uma ponderação do peso desestruturador das estratégias subalternas, acionadas para fazer face aos mecanismos de homogeneização ou às práticas de anulação das outras fontes de significado dos indivíduos e grupos. (FERNANDES, 2006, p. 16).

As perspectivas que estudam o nacionalismo como tomada de consciência coletiva dentro dos limites físicos e abstratos da comunidade nacional, perdem de vista a possibilidade de reinvenção e ramificação do processo de constituição da nação através das trocas e interações sociais.

Gabriel Fernandes está em busca de entender as manobras de engajamento e de disputas materiais e simbólicas que permeiam a composição da consciência nacional cabo-verdiana. Ele compreende o alternar entre o nacionalismo e o colonialismo na formação de estratégias emancipatórias, e em segundo lugar os fatores sócio-estruturais e culturais, tendo em mente a crioulização da sociedade de Cabo Verde e seu impacto na composição de uma identidade.

Ao entendermos essa dimensão histórica da nação, nos deparamos com paradoxos que todo estudioso da área irá encontrar: o primeiro é a condição de que a nação representa o modelo de Estado burguês contemporâneo, um fator que contradiz a antiguidade declarada pelos mitos de origem presentes nos movimentos nacionalistas; em segundo lugar, a pretensão de homogeneidade da nacionalidade como conceito sociocultural não coincide com a particularidade das manifestações concretas, ou seja, a ideia de identidades homogêneas deveria delimitar modelos universais, mas a prática revela que cada comunidade nacional vivencia a realidade cotidiana a partir de aspectos pessoais; em terceiro, o distanciamento político do poder governamental dos movimentos nacionalistas é derivado da falta de uma epistemologia coerente que sustente os princípios políticos e filosóficos do pensamento nacional. (ANDERSON, 2008).

Para Gabriel Fernandes (2006) o principal, ou pelo menos, mais nítido aos olhos é o primeiro paradoxo. O mito de origem refere-se a eras anteriores à consciência nacional. Esta consciência, o nacionalismo, se relaciona com os interesses e objetivos políticos dos coletivos sociais, e cumpre com o dever de organizar a sociedade através de uma identidade compartilhada. Os aspectos imaginativos da nação contrastam com sua realidade política e material. Além do paroxismo, a diversidade de sentidos que são dados ao conceito de nação traz uma atmosfera de incoerência:

[...] os estudos do nacionalismo não têm conseguido traçar um quadro explicativo e conceptual que dê conta, ao mesmo tempo, dos dois atributos nacionalistas: de um lado, o nacionalismo enquanto ideologia que defende a noção de que estado e nação devem estar em harmonia; o outro, o nacionalismo enquanto

provedor de identidade para indivíduos conscientes de constituir um grupo baseado numa cultura, arraigado num passado e orientado para um futuro comuns, dentro de um território concreto (FERNANDES, 2006, p. 24).

A falta de uma definição objetiva de nação e nacionalismo leva a formulação de quadros teóricos “a partir de histórias e constelações socioculturais específicas, nomeadamente europeias” (FERNANDES, 2006, p. 24), que são generalizados e convertidos em modelos explicativos para outras trajetórias nacionalistas. Desse modo, é possível entender que a nação apenas é inventada onde há condições específicas de modernização, paradigma de Estado burocrático, secularização, ideário de democracia e o capitalismo como sistema econômico vigente. O que leve Fernandes (2006) a discorrer sobre o mimetismo ou formas de “nacionalismos derivados”, atribuídos à periferia global. Tudo aquilo que não é fruto da onda modernizante da sociedade ocidental é compreendido como réplica e, desse modo, um modelo inautêntico de nacionalismo.

Anderson (2008) descreve a “última onda” nacionalista como uma apropriação que visa cumprir com uma agenda política, pois se assemelha ao nacionalismo oficial, no qual a identidade da comunidade é criada e propagada pelos aparelhos de Estado ou por elites letradas. No caso da África e da Ásia, os intelectuais tinham acesso a conhecimentos mediante intercâmbio e educação nas metrópoles colonizadoras. A partir dos modelos oriundos da experiência americana e europeia, os nacionalismos foram copiados, adaptados e aprimorados.

Em termos gerais, na periferia global as nações emergentes não se constituíram segundo o roteiro de composição de uma sociedade civil. Na realidade, se observou a falta de integração da comunidade devido a divisão da sociedade em grupos étnicos que passaram a coexistir em um território delimitado pela exploração colonial. Para estudiosos que mantêm uma perspectiva eurocêntrica, não é possível localizar um processo autêntico de imaginação nacional, tal qual o ocorrido nos países centrais, pois não foram forjadas as pré-condições necessárias para a formação de uma consciência (os ideários próprios de um Estado liberal). Porém, essa perspectiva de análise desconsidera a heterogeneidade das

experiências nacionais, as peculiaridades sócio-históricas e dinâmicas internas, percebendo como inautênticas as construções nacionalistas afetadas pelo colonialismo.

Compreender e explicar o nacionalismo como um simples epifenômeno da imaginação nacional ocidental exclui toda a carga cultural e singularidade das nações periféricas. Uma nação se compõe de interações que resultam na estruturação da sua respectiva sociedade civil e, conseqüentemente, de um conjunto de variações sociais, políticas, conceituações e ideários, todos elementos presentes nas práticas discursivas e que se estruturam de infinitos modos.

O tipo de abordagem que explica um deslocamento de modelos do centro para a periferia enrijece o processo criativo através da determinação de paradigmas. É como se as vivências das nações europeias abrangessem *todas* as possibilidades de imaginação, delimitando *todos* os caminhos possíveis e concebendo todos os mecanismos dos quais se possa constituir uma vivência autenticamente nacional. É dado um caráter pós-nacional às nações africanas. Deste modo, sua estruturação é diferente e, portanto, de pouca relevância para os estudos da área.

Este artigo trabalha com a sugestão de um referencial consolidado de formulações para a formação de novas nações. Este é o terceiro paradoxo observado por Benedict Anderson (2008). As nações historicamente têm demonstrado um constante fluxo de transformações e (re) invenções de políticas e ideologias. A existência de resíduos de estruturas ou modelos “centrais” em sociedades periféricas não pode ser diretamente associada à simples mimese, pois este “núcleo” internacional é por si só mutável. Do mesmo modo, a interação nacionalismo e internacionalismo está em uma constante dialética e seu catalisador é a (re) imaginação.

3 Movimentos nacionais e colonialismo

No contexto colonial a divisão de poderes é mais evidente. Em uma sociedade onde impera a exploração de recursos materiais e humanos, as relações de produção influenciam a estruturação da esfera social e política. Para o teórico, político e historiador

Miroslav Hroch (2000), em regiões onde se pode observar um processo histórico de dominação, existe uma busca por conquistar os atributos de uma nação. Nestas circunstâncias o autor prefere utilizar o termo “movimentos nacionais”, e compreende o nacionalismo como uma dentre diversas formas de consciências nacionais que resultam deste contexto.

Essas consciências coletivas derivam de demandas relacionadas aos déficits sentidos na vida comunitária das camadas (muitas vezes étnicas) desfavorecidas, e são decorrentes dos processos históricos de dominação. Destas demandas se observou: a) o desenvolvimento de uma cultura nacional tendo como base a língua nativa e a regularização do seu uso na educação, economia e governo; b) a busca por direitos civis, a autogestão política e consequentemente autonomia e independência; e c) a criação de uma estrutura social, contando com elites, oficiais, classe empresarial, camponeses e trabalhadores organizados, todos vindos do coletivo étnico subjugado. Somente com a obtenção destes três requisitos haveria a consumação do movimento nacional como é entendido por Hroch (2000). O nacionalismo como frente de movimentos sociais se traveste de mecanismo emancipatório.

Fernandes (2006) desloca seu discurso para uma perspectiva consonante com a de outros autores que atentam para os impactos do colonialismo, uma economia cultural desenvolvida com o propósito de garantir o domínio. O artifício de marginalizar as práticas do colonizado transforma o colonizador em uma figura de salvação por “civilizar” o nativo e mostrar um novo mundo. As “âncoras sócio-existenciais” do colonizado são esvaziadas, tornando-o servil aos propósitos dominantes.

Com um pensamento semelhante ao de Hroch (2000), porém, voltado aos aspectos subjetivos dos atores sociais no contexto colonial, o escritor tunisiano de língua francesa Albert Memmi (2007), estabeleceu uma autoanálise que lhe permitiu compreender aspectos comportamentais, a formação de personalidade e relações de produção dentro de uma dinâmica de dominação. Construindo retratos do colonizador e do colonizado, seu ensaio revelou a condição do oprimido e expôs ao mundo as mazelas da colonização trazendo à luz todo o complexo de relações,

elementos e personagens em simultânea ação no campo político e ideológico que compõem a empresa colonial. Define a colonização como, antes de uma relação de classes, uma tensão entre povos.

A priori, a razão do empreendimento colonial, são os privilégios capitais. Postos administrativos, reduções de impostos, matéria-prima e mão-de-obra baratas, são segundo Memmi (2007), motivação mais do que suficiente para o estrangeiro impor não somente seus interesses comerciais, mas causar dilacerações ainda mais profundas ao se vincular a terra colonial permanecendo o suficiente para enterrar seus mortos, dar à luz a seus filhos e impor o seu estilo de vida inspirado no cotidiano da metrópole europeia, o principal referencial de “civilização”.

A legitimidade da conduta das instituições oficiais quanto ao retrato do colonizado, leva a postura autoritária repleta de mutilações sociais e violências: a afirmativa de superioridade cultural, imposição de costumes, o patriotismo que surge na busca de consolidação de privilégios e a necessidade de uma metrópole conservadora. Tudo isto é instaurado visando a diferenciação e a disciplina, pois o igualitarismo democrático romperia com a empresa colonial. Todas estas condições permeiam o racismo que está enraizado na conduta colonialista. Um procedimento ensinado e transmitido por gerações de colonizadores, pautado na diferenciação e manutenção de figuras antagônicas, evidenciando diferenças, valorizando seus semelhantes, evitando a aproximação moral com o colonizado e usando o essencialismo como determinante de suas posições, status e propriedades.

Existe, portanto, um processo de desumanização do colonizado, através das progressivas negações de suas capacidades, sua cultura e suas aptidões como indivíduo. Para além disso, o colonizado é mutilado perdendo a autonomia, a liberdade, a individualidade e seus direitos. Também é obrigado a ver e falar sobre o mundo a partir da linguagem colonizadora, o que subjetiva e materialmente causa danos inestimáveis à produção cultural e técnico-científica da colônia.

Para Albert Memmi (2007), em resposta a estes condicionamentos, o colonizado elabora duas possíveis respostas à sua

“existência impossível de ser vivida”. A primeira é o ódio a si e a exaltação do dominante. Ao procurar “vestir a pele” do colonizador, adquire seus trejeitos, costumes, vestimentas, arquitetura e toda riqueza de elementos estéticos e culturais, ao ponto de reproduzir valores. Valores que são dispositivos de poder usados pelo colonizador para submeter os colonizados à sua vontade. A segunda, diz que o modelo de sociedade estruturado exige a fissão imediata. É negar o determinismo de não possuir nada, não ser mais nada e não esperar mais nada. Uma solução urgente proporcional ao prolongamento da empresa colonial. “Depois de ter sido recusado durante tanto tempo pelo colonizador, chegou o dia de o colonizado recusar o colonizador” (MEMMI, 2007, p. 170). É a apropriação dos dispositivos de poder em prol de combater a dominação.

4 A criouliização

A reimaginação ou ressignificação das identidades nacionais faz parte da dinâmica de interação entre os sujeitos sociais. As trocas entre pares e/ou frutos de complexos distintos, possibilita a estruturação ou reestruturação de subjetividades. Danielle Mourão (2009) observou estes processos através de estudantes guineenses e cabo-verdianos formados em universidades brasileiras, e apreendeu as concepções destes sujeitos sobre suas respectivas nacionalidades ao experienciar esse intercâmbio não somente físico e geográfico, mas cultural e paradigmático. A estudiosa visou expor o dinamismo de produção da noção de identidade nacional e de crítica ao ideário de homogeneização identitária ocidental sobre as nações africanas.

Em síntese podemos entender a identidade (ou identidades) como um processo de identificação e distinção entre atores sociais, políticos, culturais e/ou históricos, ou seja, em diversas instâncias e graus. Estas identidades são formadas por mecanismos, símbolos e significados compostos coletivamente sendo em tese as múltiplas facetas de um ou mais sujeitos. Consistem, portanto, no modo como nos vemos e/ou somos vistos a partir de nossas condições de inserção em diversos contextos. Podem para

os leigos representar essencialidades do ser, todavia, estas identidades apesar de sua pretensão de homogeneidade e substanciação, são fluidas, permeáveis e mutáveis à ação de variados vetores como economia, política, cultura, sociedade e a própria história como o entendimento da livre ação do tempo, a experiência de vida e trocas e interações dentre as identidades.

A crioulização cabo-verdiana foi intensificada pelos fatores geográficos, monetários e históricos. Sua localização e ausência de nativos em suas ilhas as tornava pontos estratégicos das rotas comerciais, sendo um intermédio entre a Europa e a América com a África. A necessidade de povoamento e ocupação de cargos administrativos motivaram a formação de estratos sociais, a miscigenação e assimilação de nativos africanos atribuindo-lhes “condição-de-branco” devido a constituição de instituições e estruturação de uma sociedade civil com direito e escolarização aos habitantes. Isso resultou em um desenvolvimento consideravelmente maior para os cabo-verdianos em comparação com outras colônias portuguesas.

A formação acadêmica e profissional é relacionada à estruturação da sociedade civil e a concepção de suas instituições. A ida e permanência na metrópole reflete em referenciais e assistência na busca por formações fora do país, além de significar o aperfeiçoamento de aptidões e aquisição de metodologias com o propósito de gerar retorno para a terra natal, pois os históricos das instituições se compuseram tendo como referencial o estrangeiro:

No que diz respeito à construção das nacionalidades cabo-verdianas, ressalto a recorrência, nos relatos dos pesquisados, de um discurso que privilegia a forma de colonização portuguesa em Cabo Verde e as elites cabo-verdianas como fundamentais à compreensão da construção da identidade nacional em Cabo Verde. Eles afirmaram que a forma de ocupação e as estratégias usadas pelos portugueses e pelas elites cabo-verdianas aliadas aos portugueses, no projeto colonial distanciaram os cabo-verdianos de suas raízes africanas e os aproximaram mais da cultura europeia, possibilitando questionar se são africanos, atlânticos, europeus ou uma mistura de todos esses atributos. Em suas

definições sobre a cabo-verdianidade, muitos elementos identitários são acionados e se relacionam, como raça, língua, religião e nacionalidade. (MOURÃO, 2009, p. 89 - 90).

A diáspora está intimamente relacionada ao processo de formação da identidade nacional. A condição peninsular de Cabo Verde resultou em uma hierarquização étnica e em uma ruptura com os referenciais culturais e nativos dos povos escravizados. Com isso os aspectos distintivos e identitários possuídos pelas etnias e culturas é perdido, o que leva a dificuldade de articulação das massas dominadas e de formação de subjetividades coletivas.

Mourão (2009) ressalta a similitude do trabalho intelectual da elite acadêmica cabo-verdiana com a intelectualidade brasileira. Ambas contribuíram para a formação das identidades nacionais apresentando abordagens que explicam a constituição da comunidade através da assimilação, miscigenação e fusão de culturas. O pensamento de Gilberto Freyre⁸ se tornou muito influente fora do Brasil, sendo adotado em Portugal e em suas colônias. A “assimilação”, “condição-de-branco” ou apropriação de traços da cultura portuguesa pelos nativos e escravizados, foi entendida como uma estratégia de sobrevivência positiva, que contribuiu para criar uma identidade nacional. Ao tentar trazer uma perspectiva positiva do mulato, Gilberto Freyre alimentou um imaginário distorcido e entregou recursos teóricos nas mãos de elites colonizadoras.

O Cabo-verdiano não é europeu e não é africano, mas algo próprio que se encontra entre os dois. Para Cláudio Alves Furtado (2012), o que se pode entender a partir da produção teórica de estudiosos cabo-verdianos é que há um processo de relativização da violência exercida pelo sistema colonial. Suas mutilações aos grupos étnicos escravizados são entendidas como uma fusão cultural, o que romantiza e dilui a percepção dos seus impactos.

8 Gilberto de Mello Freyre (1900 - 1987) foi um famoso ensaísta, historiador e sociólogo brasileiro, nascido em Recife no Estado de Pernambuco. Orientando do antropólogo cultural Franz Boa no início dos anos 1920, Freyre escreveu entre os anos de 1933 e 1937 as obras “Casa-Grande & Senzala”, “Sobrados e Mucambos” e “Nordeste”, estudos voltados à analisar a formação do patriarcado no Brasil, e rompeu com a perspectiva de evolucionismo cultural da sociedade, apesar de sua obra ser atualmente associada à tese de democracia racial que é bastante contestada.

Em Cabo Verde, os intelectuais dedicam suas considerações a conceber uma identidade nacional que aparta o cabo-verdiano de uma identidade europeia e africana no primeiro plano. Antes de assumir uma das duas, afirma-se que se é de Cabo Verde, fruto do encontro de culturas e raças que se sobrepuseram e formaram algo novo.

Práticas sociais contemporâneas revelam o que é negado pelo discurso oficial. A distribuição espacial da população, por exemplo, é um meio de compreender as relações de poder e hierarquização racial:

Essa aproximação é, contudo, apenas aparente, uma vez que, primeiro, a questão étnica é sublimada nas narrativas das ciências sociais e humanas, a partir do momento em que se assume que o fato colonial, pelos mecanismos sincréticos, refundou um povo e uma sociedade etnicamente homogêneos; segundo, a dimensão racial é, ela também, sublimada pela negação assertiva da africanidade (em termos culturais), vale dizer negritude, e uma negação tímida do europeísmo, levando a que se busque a superação na formulação vazia de significado e de capacidade heurística – “nem África nem Europa. Simplesmente Cabo Verde”. (FURTADO, 2012, p. 150).

Em tese a perspectiva de identidade nacional homogênea cumpre com o projeto de Estado dos primeiros anos de nacionalização. O que Furtado (2012) faz é elaborar um pensamento semelhante ao de Gabriel Fernandes (2006). Constitui uma crítica ao modelo ocidental de nação e a tentativa de padronização do processo de nacionalização. Como é dito por Hroch (2000), o nacionalismo é um resultado posterior ao movimento nacional quando se observa o cenário colonial.

Mas qual a diferença entre o “crioulo” e o “mestiço”? Crioulo pode ser entendido como aquilo ou quem nasceu escravo em países sul-americanos, ou que já veio da África com essa condição; aquilo ou quem descende de europeus, nascido em países ibero-americanos ou de origem em outras colonizações europeias; negro nascido no Brasil; aquilo ou quem nasceu ou foi produzido em países colonizados; negro nascido na casa do senhor; pessoa

de raça branca (europeia) nascida em colônias; aquilo ou quem de origem animal, vegetal ou objeto importado de países da Europa; aquilo ou quem não é exterior, que se origina em determinado lugar; aquilo ou quem não tem raça definida, criado desordenadamente; do ponto de vista linguístico, crioulo ainda pode se tratar de: línguas mistas derivadas do contato entre os idiomas europeus com as línguas nativas de determinadas localidades, tornando-se uma linguagem amplamente difundida e reproduzida por uma comunidade sociocultural; português falado em colônias portuguesas na África; dialetos falados por habitantes de antigas colônias europeias na América. Já o mestiço é definido de forma mais objetiva, sendo categorizado como aquilo derivado da miscigenação ou mestiçagem, ou seja, aquele que se origina do cruzamento de matrizes étnicas; multirracial; fruto da mistura de raças.

A criouliização de Cabo Verde é elemento utilizado para determinar uma hegemonia na população que teria se originado da ocupação e povoamento. O “nascimento” de seu povo em solo peninsular o desvincula da África e em contrapartida muito da cultura portuguesa teria ficado enraizado. O crioulo se assemelha à ideia de um sujeito colonial de origem mais aproximada da matriz do colonizador, tendo como ênfase o aspecto cultural em detrimento do aspecto étnico-racial. Furtado critica o pensamento de Manuel Ferreira,⁹ segundo o qual as representações culturais, suas práticas artísticas e toda sorte de expressões como a musicalidade, culinária, formas diversas de literatura etc. afirmam no cotidiano das ilhas a manifestação de uma cultura mestiça.

Os Estudos mais recentes sobre a identidade nacional cabo-verdiana visam aflorar os aspectos raciais e étnicos dos discursos identitários que costumam ficar ofuscados. Para Fernandes (2006), a criouliização é um mecanismo de emancipação, não pelo uso que lhe foi dado dentro de uma perspectiva narrativa, mas em uma dimensão política de controle e estruturação. Trata-se da imaginação da sociedade cabo-verdiana veiculada ao seu uso. Ou seja,

9 Manuel Ferreira (1917 - 1992) foi um escritor português. Destacou-se em sua carreira como um grande divulgador da literatura e da cultura lusófonas africanas.

a crioulização está associada ao processo histórico de perda das fundações étnicas de um povo, tendo suas bases culturais originárias diluídas por uma relação desbalanceada entre matrizes culturais. Portanto, é um processo que resulta de uma conduta de dominação e exploração. Todavia, Fernandes (2006) analisa que o crioulo possui uma versatilidade que lhe permite se (re) imaginar para propósitos de insurgência e identificação nacional. Assume para si uma criouldade que se torna própria da identidade cabo-verdiana, ressignifica elementos simbólicos, culturais e sociais a partir do contato e da troca entre os povos, e se apropria de dispositivos que atendem às suas demandas sociais e políticas.

5 O colonialismo português em Cabo Verde e Guiné Bissau

A herança histórica do colonialismo exerce peso na tomada de decisão, e na trajetória trilhada para estruturação destas novas sociedades que são marcadas por condutas econômicas e culturais originadas na exploração e no estabelecimento de privilégios à metrópole europeia.

Patricia Villen (2013) elabora uma análise sobre o sistema colonial português por meio das formulações literárias do pensamento colonial em meio ao segundo pós-guerra, antagonizando a “harmonia” defendida pelo discurso oficial de Salazar,¹⁰ com a “contradição” revelada pelas formulações de Amílcar Cabral sobre Cabo Verde e Guiné Bissau.

Ao assumir a condição de império nacional os mecanismos de dominação portugueses se trajam de fronteiras sociais e raciais internas, deste modo, fugindo do julgamento do exterior. Temos um sistema social explorador e velado. O sistema de hierarquização cria novos mecanismos ao nacionalizar os territórios dominados, é dado ao nativo o status de compatriota o habilitando ao usufruto dos bens físicos e abstratos da nação.

10 Antônio de Oliveira Salazar (1889 - 1970) foi um estadista português. Foi presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo (1933 - 1974).

As amarras agora não são mais visíveis ao olho nu. Seu novo aspecto é o critério de fidelidade à coletividade da comunidade imaginada. O escravizado agora é um cidadão livre em tese, mas submetido a uma nova escravidão que o prende através de valores e lealdade ao que lhe concede seus direitos como cidadão.

A “assimilação” derivada da nacionalização é responsável por desenvolver uma camada social em condição ou “estatuto de branco”. Um sujeito que compartilha de traços étnicos com o nativo e ideários com o estrangeiro. Para Patricia Villen (2013), se a educação reproduz a cultura do dominador, o acesso a ela emprega o atributo de civilidade e diferencia-o dos não civilizados. Significa o nascimento de uma classe intermediária com o objetivo de enfraquecer a movimentação insurgente e impossibilitar formulações de um pensamento anticolonial, limitando a distribuição e o acesso a esta educação colonial.

A propaganda de enaltecimento dos valores coloniais apresentada pelo Estado português em 1930 o colocava em posição de nação antirracista. A conduta da Sociedade das Nações exigia a transformação estrutural dos territórios coloniais em prol da continuidade da dominação. Portugal passou a considerar suas colônias africanas como extensões da própria metrópole, ou seja, parte do império português. Sua condição dependia da aceitação internacional acima da funcionalidade de seu aparato ideológico. Contudo, a sua posição periférica em comparação com outras nações europeias, tornava Portugal dependente e os benefícios colhidos eram usufruídos por outras nações que legitimam a continuidade de sua empresa colonial, proporcionando a circulação de capitais através de investimentos que potencializam a exploração (VILLEN, 2013).

Porém, os elementos ideológicos ainda assim eram importantes para a continuidade das relações imperialistas. A tolerância racial pregada por Portugal se estabelecia como mecanismo de legitimação ao se declarar como nação unitária e plurirracial. Englobava os territórios ultramarinos e sua população neste discurso que pregava a harmonia e unidade dos povos em referência ao Estado nacional.

Observamos um movimento de descolonização, ou uma colonização abrandada pelo discurso oficial da metrópole colonizadora, que se definia como benéfica e civilizadora. Sua postura

conservadora permitia que afirmasse que obtiveram êxito ao integrar suas colônias ao mundo civilizado. Se tratava nada mais do que uma conduta tutelar, de dever e poder paterno do dominante sobre o dominado. É, portanto, a fase social ou humanitária das reformas da legislação colonial portuguesa (VILLEN, 2013), que excluía a autonomia das colônias unificando o território e estabelecendo controle político e econômico ao defini-las como províncias ultramarinas e revogando o Estatuto dos Indígenas em 1961.

Essas transformações condizem com o discurso oficial do governo de Salazar intermediado por Adriano Moreira¹¹ que defendia os “benefícios” da colonização em território africano, tese baseada nos estudos do brasileiro e teórico da mestiçagem, Gilberto Freyre. O luso-tropicalismo propagado nas colônias ultramarinas portuguesas teve sua origem no Brasil nos anos de 1930, em meio a ressignificação da mestiçagem para a sociabilidade desta sociedade que se modernizava tardiamente. Aliado ao processo de assimilação, o luso-tropicalismo se configura como uma variante cultural do determinismo biológico.

Gilberto Freyre como seu principal intérprete foi interlocutor de uma pseudo-democracia racial na vida cotidiana brasileira. Sua narrativa atuante do indígena e do negro na formação da sociedade é acusada de romancear as relações de dominação e suas violências concretas e simbólicas. A antropologia social freyriana ao ser usada pela ideologia oficial salazarista cumpriu seu papel de legitimação do regime colonial, como a própria antropologia havia feito em meados do século XIX no mundo todo.

O processo de independência tanto na África como na Ásia, não foi resultado da descolonização promovida por Portugal e demais metrópoles europeias. Sua real origem vem de insurgências nacionalistas e emancipatórias, decorrentes da articulação de elites locais e nativas com as massas. Esses movimentos tinham como objetivo a formação do pensamento anticolonial e suas

11 Adriano José Alves Moreira (1922 -) é um advogado, professor universitário de relações internacionais e ciência política e político português. É historicamente lembrado por ter sido Ministro de Ultramar entre 1961 e 1963 durante o Estado Novo Salazarista. Aplicou diversas reformas, como a abolição do Estatuto do Indigenato nas províncias ultramar, baseando-se na tese do lusotropicalismo.

expressões na conduta social, política e cultural tendo como representação a produção literária, em especial a de Amílcar Cabral e sua proposta de identidade africana. “Ao buscar a resposta dada pela África, constatamos que esta nunca esteve passiva ao domínio colonial, apesar da repressão secular a que foi submetida pelo colonialismo” (VILLEN, 2013, p. 34).

A cultura é enxergada como mecanismo de resistência e superação do imperialismo por possibilitar a transformação da sociedade colonizada. Portanto, se o imperialismo é a negação da sociedade dominada pelo fator de segurança da opressão cultural, a ressignificação da cultura local é o meio de negar a classe estrangeira de dominadores. Para Amílcar Cabral, a cultura prova-se como impossível de ser totalmente dominada, resistindo as formas concretas e materiais de coerção e podendo despontar em qualquer momento histórico como modificador das estruturas legitimadoras de uma sociedade.

Cabral ainda considera que a cisão com estas barreiras, consistia na total emancipação dos povos africanos, rompendo com a dominação e formulando uma identidade que se sobrepusesse à condição neocolonial. Sua teoria visava a superação e resistência nos âmbitos econômico, político, cultural e a resistência armada. Para tamanho alcance, o pensador compreendia a necessidade de articulação dos diferentes estratos da sociedade e a cooperação entre as massas e lideranças políticas e intelectuais. A tese do autor colocava o “homem” como elemento essencial e determinante do movimento de libertação:

Cabral acreditava em uma identidade própria dos africanos, como exigência dos movimentos de libertação nacional, trabalhada na dialética de afirmação e diferenciação ou identificação e distinção, que permite o reconhecimento de si pelo outro ou através do outro. Portanto, não como negação pura e simples da figura do colonizador, hierarquizando as relações, mas formulando uma identidade cultural e reconhecimento dos seus semelhantes em prol da articulação e emancipação. Uma contraposição da identidade nacional africana à identidade (imperialista) portuguesa, atribuindo condição revolucionária ao africanismo (VILLEN, 2013, p. 167).

Ao compreender a influência da cultura europeia e seu impacto na formação das classes e elites locais, tornava-se possível a tentativa de descolonizar o discurso oficial da nova sociedade, articulando os valores tradicionais com as demandas da modernidade. Portanto, a ação das massas em consonância com os intelectuais e pensadores da elite evidencia a participação da cultura na formação dos movimentos políticos e na criação de paradigmas sociais e identidades.

6 A literatura como imaginação nacional

Não se diferenciando muito do Brasil, Cabo Verde expressa a existência da “condição-de-Branco”. Na escassez de homens brancos “filhos da metrópole” e do amplo processo de miscigenação presente na prática de ocupação e dominação portuguesa, a adequação aos padrões ocidentais refletia na concessão de *status* no meio social:

Resumindo, até fins do século XIX, a sociedade colonizada cabo-verdiana se estruturava sob a dominação racial de uma minoria branca sobre a maioria negra da população; em fins do século XX Cabo Verde é uma sociedade estruturada sob a dominação de elites que, pela manipulação dos códigos político-culturais ocidentais, fazem a mediação entre o sistema internacional e a população local. Desaparecem internamente as contraposições assentadas em critérios raciais e/ou étnicos, ao mesmo tempo em que se reforçam as distâncias culturais, não mais diferenciando grupos étnicos, mas criando elites destacadas pelo desempenho e manipulação dos códigos dominantes ocidentais. (ANJOS, 2003, p. 582).

A partir dessa visão podemos questionar: analisar as formulações de uma elite intelectual é pecar contra o estudo da nação? As formulações elitistas abarcam a verdadeira compreensão de um povo sobre si? O que deve ter maior peso, os fatores estruturais e ideológicos do Estado nacional ou o conjunto de sentimentos que formam a nacionalidade?

Quando “nascem”, as nações ganham suas mitologias particulares, responsáveis por alimentar toda sorte de rituais e expressões que frutifiquem a criatividade de seu povo. Todavia, essas mitologias podem ser reinterpretadas. O mestiço romantizado pelas elites intelectuais pode revelar um mecanismo de dominação nas mãos de quem interessar tal empreitada.

Essa elevação de uma narrativa mítica própria da identidade cabo-verdiana segue uma conduta de “nacionalismo oficial” (ANDERSON, 2008) que estabelece os elementos imaginativos da nacionalidade a despeito do que compõe a percepção do povo. Trata-se de um nacionalismo que vem “de cima” para “baixo” e que pode vir a despertar um conflito de subjetividades na população. Os mais antigos vinculados ao movimento de libertação do PAIGC, por exemplo, viram seus símbolos nacionais serem substituídos, suas “cores” trocadas e sua identidade marginalizada. O crioulo é um arquétipo moldável nas mãos daqueles que exercem influência nas relações de poder, além de representar uma visão romântica do processo de dominação (ANJOS, 2003).

Maria Nazareth Soares Fonseca e Terezinha Taborda Moreira (2007) iniciam delimitando que Cabo Verde em comparação com outras ex-colônias portuguesas, sofreu impactos menos dramáticos da exploração. Como vimos anteriormente, a localização geográfica favoreceu o processo de “assimilação” pela necessidade de constituição de um contingente de profissionais administrativos. A burguesia mestiça que ocupava essa posição também foi responsável por desenvolver a literatura cabo-verdiana, que em seus primórdios expressava o desprendimento desses sujeitos com o ambiente:

Em seus apontamentos sobre a literatura cabo-verdiana, Cabral (1976) afirma que a poesia que se escrevia em Cabo Verde caracterizava-se por um desprendimento quase total do ambiente, sublimando-se numa expressão poética que nada tinha em comum com a terra e o povo do arquipélago. Para Cabral, possuidores de uma cultura clássica, adquirida principalmente no Seminário de S. Nicolau, os poetas da geração em referência esqueceram-se da terra e do povo. De olhos fixos nos clássicos europeus, os escritores produziram uma poesia em que

o amor, o sofrimento pessoal, a exaltação patriótica e o saudosismo eram traços comuns. (FONSECA, MOREIRA, 2007, p. 17).

Em sua primeira fase, a literatura de Cabo Verde reflete o deslocamento cultural do mestiço e o “sucesso” do “processo civilizador” lusitano. Os valores privados, próprios dos processos de subjetivação burgueses europeus são a consolidação de uma classe assimilada que projeta uma falsa ideia de mobilidade social e que impossibilita o desenvolvimento de uma massa em condição de subumanidade.

A busca pela reprodução de uma métrica tal qual os modelos da Europa, consiste em uma demonstração da situação econômica das elites. Coletivos “assimilados” que se situavam alheios ao cotidiano nacional. As autoras ressaltam que em raras exceções, como a de Pedro Cardoso, que traduziu do crioulo quadras populares do Fogo, é que se podia observar uma interação da produção de poetas com a realidade das massas.

Manifestações de uma elite consciente das desarmonias das Ilhas foram avistadas apenas nas décadas de 1920 e 1930. Convergindo em São Nicolau, Santo Antão e São Vicente, desempenhando ocupações como comerciantes, professores, estudantes e jornalistas, essas elites bebiam da fonte do modernismo e neorealismo portugueses, todavia, sua principal influência vinha do modernismo brasileiro, o que possibilitava a elaboração de uma consciência nítida da realidade, focando sua produção na terra e no ecossistema socioeconômico do povo.

O lançamento da revista *Claridade* em 1936, na Ilha de São Vicente, por Baltasar Lopes,¹² Manuel Lopes¹³ e Jorge Barbosa¹⁴,

12 Baltasar Lopes da Silva (1907 - 1989) que também assina como pseudônimo de Osvaldo Alcântara, foi um escritor e linguista de Cabo Verde. Suas produções foram escritas em português e crioulo. Também é conhecido por sua contribuição na revista luso-brasileira “Atlântico”.

13 Manuel dos Santos Lopes (1907 - 2005) foi um ensaísta, poeta e ficcionista conhecido como um dos fundadores da literatura moderna de Cabo Verde.

14 Jorge Vera-Cruz Barbosa (1902 - 1971), escritor cabo-verdiano originário da Ilha de Santiago, é conhecido como um marco para o desenvolvimento da poesia de Cabo Verde. Suas contribuições se estendem em produções publicadas em revistas e jornais portugueses cabo-verdianos e na revista luso-brasileira “Atlântico”. Em sua poesia é possível observar a representação de problemas sociais e políticos de sua terra natal.

é comentado pelas autoras como “grande passo para a virada da temática da literatura” em Cabo Verde, sendo seus três primeiros números publicados entre sua fundação em 1937, e os outros seis entre 1947 e 1960. Os claridosos tinham como influência a revista portuguesa *Presença* e escritores brasileiros neorrealistas como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Marques Rabelo e Manuel Bandeira.

A veia condutora dos claridosos foi a obra de Jorge Barbosa. Com temáticas que abordavam sobre a miséria, a desesperança e estiagem, a preocupação do autor foi a de evidenciar um retrato situacional do cotidiano. A relação com o mar é traço constante da expressão popular cabo-verdiana e alimentava o pensamento de Jorge Barbosa que tratava da viagem e o sonho com a “terra prometida”. Essa literatura alimentou o martírio dos “homens”, retratou a realidade, mas não mostrou soluções para o destino subumano do cabo-verdiano. A diáspora e o “além-mar” eram a única salvação.

A *Claridade* proporcionou o desenvolvimento de novas literaturas como a de João Valera e Corsino Fortes.¹⁵ A ideia de retratar a vivência do povo ganhou novos elementos com esses autores, como o crescente uso do crioulo. O resgate da fala pela grafia presente no poema é a promoção do crioulo como língua e como sujeito, o mestiço que se reapropria de da terra e do seu próprio destino, assume seus paradigmas e valoriza sua cultura. Trata-se de uma escrita reagente à realidade e que nela intervém. Corsino Fortes se destaca por interpretar a identidade cabo-verdiana situando a insularidade e o contraste com a identidade africana:

O tema do isolamento provocado pela insularidade constrói contrapontos com o da migração, com a expressão da necessidade de deixar as ilhas seja por causa do clima inóspito em muitas delas, seja porque é no exterior que o futuro pode ser conquistado, às vezes ilusoriamente (...). (FONSECA, MOREIRA, 2007, p. 22).

15 Corsino Antônio Fortes (1933 - 2015), foi um escritor e político de Cabo Verde. Foi militante do PAIGC e sua literatura foi usada como mecanismo de resistência.

Dentro desses novos ares, Orlanda Amarílis¹⁶ é uma representante da percepção do cabo-verdiano sobre o exílio, a diáspora e a solidão. Contrasta a realidade das ilhas com o mundo moderno e exterior. O deslocamento é observado por ela tanto física quanto psicologicamente, interpretando a interação do sujeito insular com o mundo, as culturas e suas raízes. Fonseca e Moreira atentam para a percepção da autora com a mulher de Cabo Verde, a forma como suas vidas transitam pelas ilhas, “mulheres-sós” que sonham se ilhando dos signos da carência e das intempéries da existência. Observamos que a identidade nacional é constantemente representada pelas aflições do isolamento e da escassez de recursos. Um povo perdido entre mundos, que reconhece sua força na reivindicação pelas raízes africanas, e vê a esperança de mãos dadas com a saudade e o cheiro nostálgico de maresia que a diáspora possibilita aos que decidem buscar algo fora das Ilhas.

7 Conclusão

Devemos entender os aspectos culturais das populações africanas, dentro dos seus fatores étnicos e de suas identidades individuais e coletivas. Outro aspecto a considerar é o processo histórico de exploração por povos estrangeiros, as violências exercidas pelo colonialismo e as consequências das relações de poder e produção. Deste modo, podemos analisar quais os reais impactos da dominação ocidental na formação das nações africanas, na delimitação espacial dos atuais territórios nacionais e os aspectos políticos e econômicos das diferentes regiões do continente.

Para compreender o nacionalismo em África é preciso observar o contexto de dominação. O pensamento anticolonial é uma manifestação anterior ao nacionalismo, e subverte o modelo europeu de nacionalização e formação do Estado Burguês. A consciência nacional é um resultado ou processo imaginativo derivado das

16 Orlanda Amarílis Lopes Rodrigues Fernandes Ferreira (1924 - 2014) tem como aspecto principal de sua obra a elaboração de contos. Seus principais temas se enquadram na “literatura feminina” por retratar sobre a vida da mulher cabo-verdiana. Outro aspecto presente em seus textos é o retrato da diáspora representada pela pessoa do emigrado.

demandas de povos que buscam por melhorias e emancipação. Muitas vezes, privados de sua própria história e identidade, essas populações almejam conquistar aspectos culturais e valorativos. A nacionalização é a apropriação de dispositivos de poder visando alcançar a tão sonhada autonomia.

O caso de Cabo Verde é um campo de debate muito rico. A criouldade é um mecanismo de subjetivação e singularização do pensamento e da identidade desse povo. É uma expressão da imaginação do cabo-verdiano, profere a própria condição insular da população, ilhada entre mundos e formada como um entreposto de culturas, sentimentos e realidades. A solidão e a saudade são escritas e faladas sob o acompanhamento musical do som das ondas.

A identidade crioula de Cabo Verde consiste em uma manifestação política e cultural que visa a apropriação de dispositivos de poder e a legitimação de demandas. Estas demandas por sua vez são a busca pela libertação e autonomia, a singularização do pensamento e o firmamento de uma identidade.

Localizamos a representação dessa identidade através das diferentes manifestações da literatura de Cabo Verde. O crioulo está tanto na retórica de uma elite acadêmica como na poesia. O crioulo é língua e é sujeito político. Um mecanismo de diferenciação, usado para contrastar com outros povos lusófonos, um meio de se integrar sem se perder. É a manifestação de uma realidade própria, um meio de manifestar a história e os deslocamentos, a relação com a terra e a condição de viajante própria do cabo-verdiano.

Cabo Verde ao desenvolver uma narrativa estruturada através de seus próprios paradigmas rompe com a falácia que determina o nacionalismo africano como um epifenômeno das ondas nacionais nas Américas e na Europa. Cada nação se estabelece através de eventos próprios, condições particulares. Podemos desse modo estabelecer uma nova compreensão sobre a singularidade das nações e nacionalidades periféricas.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a formação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 579 - 596, 2003.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação**: notas para uma interpretação do Cabo Verde Crioulo. Florianópolis; Praia: Ed. UFSC; Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 2006.

FONSECA, Maria Nazareth Soares; MOREIRA, Terezinha Taborda. Panorama das literaturas africanas de língua portuguesa. **Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaio**, Belo Horizonte, n. 16, p. 13 - 72, 2007.

FURTADO, Cláudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, [online], n. 45, p. 143 - 171, 2012.

HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.85 -105.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido do Retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOURÃO, Daniele Ellery. Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 83 - 101, 2009.

SEIBERT, Gerhard. Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias. **Afro-Ásia**, [online], n. 49, p. 41 - 70, 2014.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Cabo Verde. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). **Defesa dos povos do Atlântico Sul**. Fortaleza: Ed. UECE, 2017.

VILLEN, Patrícia. **A crítica de Amílcar Cabral ao colonialismo**: entre a harmonia e a contradição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.